



A ONG COMITÉ SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Dezembro 2014

COLOCAR AS PESSOAS E O PLANETA EM PRIMEIRO LUGAR : FINANCIAR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REQUER CORAGEM POLÍTICA

As várias crises que o nosso mundo e os povos enfrentam são uma evidência clara de que a tomada de decisão orçamental, a nível internacional, bem como os sistemas financeiros favorecem apenas um pequeno grupo em detrimento das massas, e privilegiam lucros privados injustos em vez da saúde do planeta. Apesar dos esforços significativos por parte da comunidade global para implementar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, um grande número de pessoas continua a viver em situação de pobreza, enquanto grupos cada vez mais restritos acumulam uma riqueza ultrajante, e um crescimento e consumo indiscriminados destrói a terra.

O mundo tem o dinheiro e a experiência suficientes para resolver estes problemas, mas temos de redistribuí-los melhor. O problema não está em ter dinheiro suficiente; mas em ter coragem política suficiente. O desenvolvimento sustentável é uma questão económica e ética. Despender fundos em armas em vez de medicamentos e escolas é uma escolha imprudente que deve ser desafiada. Não há nenhuma razão que justifique que o gasto anual global relativo a guerra e violência seja 600 vezes maior que os gastos com a paz e progresso social, como calcula o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

As prioridades orçamentais podem ser mudadas, mudando a vontade política. A Sociedade Civil, com a sua perspectiva de base/local, ocupa uma posição privilegiada para articular os imperativos morais da redução das desigualdades e manter o nosso planeta saudável, e, portanto, deve ser ouvida. As experiências da Sociedade Civil nas regiões em desenvolvimento devem ser partilhadas e as pessoas que vivem nas margens devem ter uma voz forte/activa no planeamento económico global. A Sociedade Civil dispõe de informações fundamentais/contributos valiosos sobre meios de implementação, que os decisores políticos deveriam sabiamente considerar.

A actualização e reforma da estrutura financeira global tem estado na agenda do desenvolvimento ao longo de várias décadas, mas muito pouco mudou. Este é um exemplo de prioridades erradas. Está na altura das pessoas e do planeta começarem a beneficiar de sistemas financeiros globais transparentes, participativos, justos, inclusivos e seguros de qualquer colapso. A ONU deve estar no centro do processo de reforma. Os países em desenvolvimento têm mais participação e influência na ONU do que em outros fóruns económicos como o G20, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, e o Clube de Paris. O equilíbrio é crucial para garantir credibilidade e viabilidade.

O equilíbrio é igualmente crucial nas parcerias público/privadas, na medida em que poderão ser uma importante fonte de financiamento para o desenvolvimento sustentável pós-2015. A abordagem multifacetada para satisfazer as necessidades deve ser explorada com cautela. A forma como financiamos determina o que financiamos. Os projetos públicos de longo prazo não podem ser negligenciados por causa da pressa dos ganhos corporativos. A privatização dos lucros por um lado mas a socialização das perdas, por outro, não pode ser tolerada.

Por estas razões, a ong comité sobre financiamento para o desenvolvimento chama urgentemente à atenção para a necessidade de:

- Colocar os direitos das pessoas e as necessidades do planeta no coração de todos os esforços económicos globais;
- Reconhecer que o financiamento para o desenvolvimento sustentável é uma questão moral, bem como uma questão económica;
- Construir uma vontade política capaz de redistribuir os recursos em função das prioridades do desenvolvimento sustentável;
- Igualdade de representação e voz/participação dos países em desenvolvimento em todos os fóruns económicos;
- Reforma das instituições e dos sistemas financeiros internacionais liderada pela ONU;
- Um enquadramento dos direitos humanos para reger o financiamento internacional, a tributação, comércio e negócios;
- Participação, monitorização, transparência e prestação de contas para todos os parceiros.